

**P O D E R   J U D I C I Á R I O**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1005906-46.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Habitação**  
 Requerente: **Clodoaldo Aparecido de Souza e outro**  
 Requerido: **Progresso e Habitação de São Carlos S/A - Prohab São Carlos**

**CLODOALDO APARECIDO DE SOUZA E OUTRO** ajuizou ação contra **PROGRESSO E HABITAÇÃO DE SÃO CARLOS S/A - PROHAB SÃO CARLOS**, pedindo a condenação a entregar unidade habitacional, alegando, em resumo, que são respectivamente ex-convivente e filha de Renata Cristina Correia de Lima, a qual estava inscrita e foi contemplada em programa habitacional da ré, mas veio a falecer posteriormente, antes de formalizar o financiamento e a aquisição.

Indeferiu-se tutela de urgência.

Citada, a ré contestou o pedido, alegando inexistir interferência sua na formalização de financiamento e pagamento do preço do preço.

Manifestaram-se os autores.

O Dr. Promotor de Justiça teve vista dos autos, haja vista a menoridade da coautora, e requereu diligências.

A tentativa de conciliação foi infrutífera.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

Renata Cristina Correia de Lima, ex-companheira e mãe dos autores, foi contemplada em 4 de outubro de 2015, sorteio promovido pela ré, habilitando-se à aquisição de imóvel em empreendimento habitacional (fls. 21).

## P O D E R J U D I C I Á R I O


 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
 JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Lamentavelmente faleceu em 28 de novembro de 2015 (fls. 30), antes de concretizar a aquisição. Portanto, habilitou-se à aquisição da unidade **mas não a adquiriu efetivamente**, pois não pagou o respectivo preço.

Não foi possível obter o financiamento do preço perante a Caixa Econômica Federal (fls. 2).

Nessas circunstâncias, não era e não seria possível impor à ré a entrega da unidade **sem o pagamento do preço**, à vista ou financiado. Daí a improcedência da pretensão posta em juízo.

Se, por hipótese, a Caixa Econômica Federal agiu mal ao negar o trâmite do financiamento ou ao negar o financiamento em si, haverá de responder por perdas e danos. Mas não é possível impor à Companhia Habitacional a entrega do imóvel sem o pagamento do preço.

Aliás, sequer é possível agora obter-se o cumprimento de semelhante obrigação, pois não há imóvel disponível naquele ou em outro empreendimento (fls. 155).

Enfim, Renata foi sorteada, é fato. Mas seus sucessores legais não lograram, em tempo hábil, exercerem o direito decorrente da contemplação, qual seja, formalizarem o contrato de financiamento e a aquisição perante a ré. Para a ré seria indiferente a quem entregaria a unidade, desde que para alguém previamente inscrito e contemplado, como de fato ocorreu, mas para os suplentes previamente habilitados. Se houve culpa de outrem, a Caixa Econômica Federal, haverá de responder pelo dano causado. Mas não é possível impor à ré a entrega agora de unidade inexistente.

Diante do exposto, **rejeito o pedido** e condeno os autores ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios fixados do patrono da contestante, fixados em R\$ 2.000,00. A execução das verbas processuais, perante o beneficiário da gratuidade da justiça, porém, **fica suspensa**, nos termos do artigo 98, § 3º, do Código de Processo Civil.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 16 de janeiro de 2017.

## PODER JUDICIÁRIO



### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br



**Carlos Castilho Aguiar França**  
**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**